



Cira Arqueologia

N.º 4 DEZ'15



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt



MUSEU
MUNICIPAL www.museumunicipalvfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º **4** DEZ'15



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



**MUSEU
MUNICIPAL** www.museumunicipalvfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

António M. Monge Soares, Carlos Fabião, Eurico Sepúlveda,
Gonçalo Costa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira,
Maria de Fátima Araújo, Marisol Ferreira, Marta Santos, Pedro Valério,
Tânia Casimiro, Teresa Rita, Vincenzo Soria

REVISÃO

João Pimenta, Patrícia Ramos

CAPA

Pormenor da marca impressa (tríscele) proveniente de Chões de Alpompe. Fotografia de João Almeida

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

Dezembro de 2015

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Materiais do povoado islâmico do Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos)

GONÇALO LOPES⁴

RESUMO

Este conjunto de materiais islâmicos, maioritariamente cerâmicos, provém de uma recolha de superfície após trabalhos agrícolas que destruíram a estratigrafia do sítio arqueológico do Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos).

Este sítio fica no baixo vale do Tejo, na margem esquerda deste rio próximo das ribeiras de Muge e Alpiarça e, ao contrário dos restantes identificados nesta unidade geográfica, apresenta uma sequência cronológica completa do período emiral ao fim do período almorávida/Reconquista.

SUMMARY

This group of Islamic materials, mostly ceramics, comes from a surface collection after agricultural work that destroyed the stratigraphy of the archaeological site of Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos).

This site is located in the lower valley of the river Tagus, on the left bank, near the streams of Muge and Alpiarça. Unlike the other identified Islamic sites in this region, mainly emiral/caliphal, this one presents a complete chronological sequence from Emiral period (VIII-IX centuries) up to the end of Almoravid period (middle of 12th century).

No séc. XIX, Pinho Leal, parafraseando uma corografia mais antiga, referia Muge como uma povoação muito antiga que já existia no “tempo dos mouros”. Mais ainda, informa que a povoação foi abandonada aquando da conquista de Santarém, em 1147 (Leal, 1878, vol. 5, p. 584). Não é claro de onde poderá ter surgido esta ideia que, como veremos é uma meia verdade com pormenores, uns comprovados pela Arqueologia, outros desmentidos pelas fontes. De facto, a povoação existia em Época Islâmica como se verá adiante, mas não foi abandonada a seguir a 1147, mantendo uma pequena comunidade da qual sairão, em meados do século XIV, dois oficiais ligados à coudelaria real, aqui existente até ao final da Idade Média.

Em termos arqueológicos, a existência do povoado islâmico foi comprovada por materiais que cronologicamente vão do período emiral (séc. IX) até ao final do período almorávida (meados do século XII) dando, em parte, razão à afirmação de Pinho Leal.

Os materiais foram recolhidos em 1995 no sítio conhecido por Serradinho, Quinta de Santo António ou Horta da Casa Cadaval cuja proprietária é a Casa do mesmo nome, hoje constituída empresa, herdeira directa dos duques de Cadaval, senhores de um importante património fundiário em Muge desde 1648. Decorrem na totalidade das recolhas de superfície feitas após os trabalhos agrícolas de 1995 que resultaram no arranque do pomar e o uso de *ripper* para abrir valas para o plantio de vinha. O revolvimento do subsolo foi bastante profundo e destruiu de forma considerável a estratigrafia do sítio, arrastando para a superfície restos de estruturas e os materiais arqueológicos objecto deste estudo.

⁴ O autor assume a inteira responsabilidade por não seguir as normas do acordo ortográfico em vigor.

Assim, é importante ter em atenção que se trata de materiais recolhidos ocasionalmente à superfície que, embora formando um conjunto de alguma coerência, estão fora do contexto de origem, limitando bastante as informações que deles se pode extrair.

1. A kūra de Santarém e a margem esquerda do Tejo em Época Islâmica

Por volta de 714/15, ‘*Abd al-’Aziz* empreende uma campanha para conquistar o Noroeste Peninsular. É neste momento que são tomadas as cidades mais ocidentais do *Gharb al-Andalus*. Ao que parece, todo o território compreendido entre Lisboa e Coimbra cai de forma pacífica frente aos exércitos muçulmanos num processo de capitulação que se supõe análogo ao da *Kūra de Tudmīr*, na região de Múrcia – aos vencidos é permitido conservar os bens, hierarquias administrativas e religiosas e os costumes ancestrais, contrapostos por um imposto de capitação.

Deste território faz parte *Shantarīn* (Santarém), considerada uma das mais ricas regiões do Ocidente e mesmo do Islão. A cidade dispõe-se num planalto sobranceiro ao Tejo, de fácil defesa e rodeada por uma forte muralha. No sopé, ficavam os dois arrabaldes ribeirinhos: Sesirigo (Ribeira) e Alfange, ambos também murallhados. Segundo o *Dhikr bilad al-Āndalus*, Santarém possuía uma grande mesquita mandada construir pelo “emir *al-Hakam*” (Picard, 2000, p. 212), bons banhos e vastos mercados.

A prosperidade de Santarém advinha da excelência e extensão dos seus campos agrícolas. *Al-Himyārī* dizia que era uma terra extremamente generosa; o Tejo inundava o seu vale como o Nilo no Egipto e as sementeiras eram feitas após a descida das águas, e as colheitas pouco tempo depois; era uma das terras mais férteis do Mundo!

O geógrafo *al-Idrīsī*, é ainda mais explícito na sua caracterização (PICARD, 2000, p. 212):

“O seu território é excelente e muito fértil; em terreno plano, é possível fazer duas colheitas por ano, tal é a qualidade do solo. Quando o Tejo transborda, inunda e cobre a planície; quando as águas se retiram, os camponeses fazem as sementeiras e a humidade do solo permite-lhes ceifar antes da época normal das colheitas. O território de Santarém é tão fértil que se pode colher o grão sete semanas depois das sementeiras.”

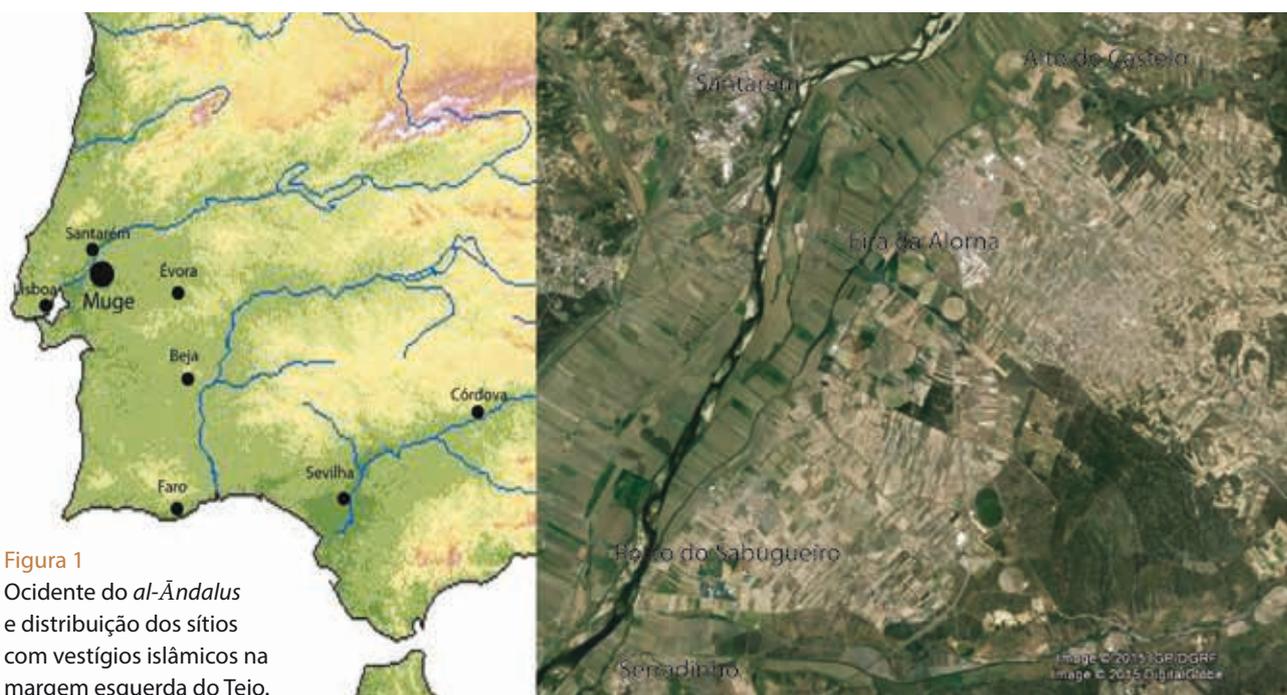


Figura 1
Ocidente do *al-Āndalus*
e distribuição dos sítios
com vestígios islâmicos na
margem esquerda do Tejo.



Figura 2
Dirham de *al-Hakam II*, 963. Porto do Sabugueiro. Coleção privada.

A *kūra* de Santarém ia até ao mar, a oeste, confinava com a de Évora a este e dela faziam parte o *iqlim* (distrito) de *BalĀta* (Valada?) e o castelo de Coruche, para além de incluir cerca de mil aldeias no seu termo (*Dhikr bilad al-Āndalus*, 1983, p. 58).

Foi palco de inúmeras disputas, vindo a perder a relativa autonomia de que gozava desde o tempo da conquista em virtude da *fitna* (revolução) ocorrida no *Gharb* durante na segunda metade do século IX. Em virtude disso, sabe-se que os governadores passam a ser nomeados directamente por Córdova, no século X.

Após a abolição do califado em 1131 e a fragmentação do *al-Āndalus* em reinos de taifa, Santarém passa a fazer parte, ora da taifa de Badajoz, ora da de Sevilha (Rei, 2007), ora ainda dos leoneses (1093-1111) até à conquista do *Gharb* pelos almorávidas, no último quartel do século XI.

Em meados do século XII (1147), já no final do domínio almorávida, Santarém é conquistada por D. Afonso Henriques e integrada definitivamente no território português, não obstante os esforços dos almóadas para a reconquistar no final do século XII que resultaram na morte do califa *Abū Ya`qūb Yūsuf*, ferido em Santarém.

As fontes islâmicas são pródigas na caracterização urbana da cidade, mas omissas na descrição do seu território, exceptuando o exagero numérico de aldeias, pouco se sabe sobre como e em que regime a terra era explorada, qual a distribuição física do povoamento rural ou a rede que o ligava entre si.

Da margem esquerda do Tejo, com amplas e férteis lezírias tão celebradas pelos geógrafos árabes, pouco há a acrescentar exceptuando alguns dados arqueológicos muito rarefeitos, provenientes de recolhas pontuais de materiais e de achados fortuitos. Um destes achados ocorreu em 1916 perto de Almeirim em lugar incerto e é constituído por 67 *dirhams* do período emiral, resultantes provavelmente de um ocultamento (Marinho, 1959, p. 405-425). O mesmo tipo de descoberta, embora mais modesto, ocorreu no Porto do Sabugueiro, próximo de Muge, no final dos anos 90 do século passado e consta de 2 *dirhams* de *al-Hakam II* e um *handus* (fracção) que poderá pertencer ao mesmo califa. Tratar-se-á igualmente do resto de um pequeno tesouro disperso por trabalhos agrícolas. Importa referir que o Porto do Sabugueiro é um importante sítio romano e pré-romano com ocupação alto-medieval e, no século XIV tinha uma torre, remanescente de alguma estrutura romana ainda conservada.

No sítio da Eira da Alorna, a 2km a sul de Almeirim, também de grande potencial arqueológico, foi identificado um pequeno conjunto de cerâmica do período emiral⁵.

⁵ Os materiais deste sítio ainda estão em fase de estudo, por cortesia do Dr. Henrique Mendes.

Mais a norte, no concelho de Alpiarça, o sítio do Alto do Castelo (Marques, 1972, p. 24-27 est.V-VI) forneceu um conjunto relativamente coerente de recipientes cerâmicos bastante bem conservados, que se enquadra na mesma faixa cronológica dos dois sítios atrás referidos, não indo para além do primeiro quartel/meados do século X.

Por fim, em Muge (Serradinho), tema deste artigo, onde foi recolhido um conjunto de materiais que cobre, à partida, toda a diacronia do período islâmico.

Ao contrário do Porto do Sabugueiro, da Eira da Alorna ou do Alto do Castelo, onde parece não haver continuidade para além dos séculos IX-X, o Serradinho chega à Reconquista enquanto povoado (*qarya* = aldeia) e a ocupação prolonga-se pela baixa Idade Média. Tal dever-se-á à posição retirada em relação ao Tejo, que lhe fornecia abrigo não só das cíclicas cheias, mas de possíveis inimigos que, por vezes, entravam no estuário do Tejo e subiam rio em incursões de saque. Isto aconteceu em 844-5, 858-9 e 966 quando os normandos atacaram Lisboa e pilharam toda a região circundante. Não será de estranhar que o topónimo “Magos”, relativo a Salvaterra de Magos, esteja relacionado com “*majus*”, nome por que eram conhecidos os normandos, no *al-Āndalus*.

Embora a topografia não seja particularmente acidentada em Muge, o controlo visual é bastante largo sobre a margem direita do Tejo, abarcando facilmente Santarém e as serras de Aire e Montejunto o que era fundamental para prevenir de movimentações suspeitas vindas do rio.

Por outro lado, era um ponto de passagem obrigatório de Santarém (e do Oeste em geral) para o Alentejo. As fontes islâmicas não referem, como aliás não o fazem para o todo território rural, mas a documentação cristã insiste repetidamente na passagem por Muge, da estrada do castelo de Valada para Coruche, dois locais importantes da circunscrição escalabitana, cujo caminho se manterá activo até ao final da Época Moderna. Um documento de 1233 que trata da compra de uma herdade em Muge refere claramente numa das confrontações: “... *per uia qua uadit de castello de ualada pra culuchi...*”⁶. Por carta de D. Dinis, datada de 1304, todos o que se dirigissem de Santarém para Coruche, Salvaterra, Benavente ou Setúbal eram obrigados a passar por aqui, sob pena de prisão⁷, mais uma vez confirmando a necessidade de manter e tornar transitável o caminho antigo, principal ponto de ligação da margem direita do Tejo ao Alto Alentejo. Por fim, num outro documento, datado de 1370, D. Fernando, a propósito da tomada de bestas de carga aos almocreves de Muge, diz o seguinte⁸: “*Sabede que o concelho e homees bõos de Muja me enuiarom dizer que o dito Logo està em grande estrada, e caminho para todas partes de meo senhorio...*”.

É portanto, esta posição privilegiada, com bons campos agrícolas, abundância de recursos naturais e bons acessos que favoreceu a existência de um povoado não fortificado durante tanto tempo e fará com que sobreviva depois da 1147, transformando-se em concelho no início do século XIV.

2. O sítio arqueológico do Serradinho

2.1. Localização

O sítio arqueológico de Serradinho localiza-se sobre uma plataforma sobranceira ao Paúl de Muge, a cerca de 100m dos limites urbanos este e norte da vila actual. Ocupa a margem

⁶ ANTT, *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, M.º 6, Doc. 12.

⁷ A.H.M.S.M., Tombo da Câmara de Muge, fl.31-v.

⁸ *Idem*, fl.72.



Figura 3
Fotografia aérea de Muge com a implantação do povoado islâmico do Serradinho (fonte: GoogleEarth).

norte de um vasto terreno agrícola atrás da igreja matriz onde a proprietária do terreno, a Casa Cadaval, teve até 1995 um pomar e horta que abasteciam esta casa agrícola.

A geologia é marcada por uma formação detrítica que corresponde a um baixo terraço quaternário, de origem fluvial (Tirreniano II) com cotas médias que variam entre os 12 e 14m (Carta Geológica de Portugal, 31-C, 1967). Para este, verifica-se a transição para “areias superficiais dos terraços” comuns a esta área do Vale do Tejo (Carta Geológica de Portugal, 31-C, 1967).

3. Os dados arqueológicos e as fontes: evolução e apropriação do espaço

Figura 4
Lâmina com entalhe e restos de debitage. Neolítico antigo (?).

A diacronia de ocupações humanas do Serradinho parece ser bastante antiga, tendo-se recuperado vários utensílios sobre seixos de quartzito e fragmentos de lâminas sílex que poderão indicar uma presença entre o Paleolítico Superior e o Neolítico. Uma das peças de sílex, com um entalhe poderá ser testemunho de uma das fases da cadeia operatória para a produção de micrólitos geométricos durante a Pré-História.

Embora não seja claro, o sítio parece só voltar a ser ocupado durante a época romana, tendo sido recolhidos alguns fragmentos de *sigillata* sudgálica e clara, *tegulae*, um peso de tear, cerâmica comum e uma moeda cunhada em nome de Graciano (367-385).

Segundo informação oral, durante a construção da adega nova da Casa Cadaval, nos anos 40 do século passado, foi descoberta uma urna cinerária romana cujo paradeiro se desconhece. Sendo um sítio muito próximo, este achado poderá, de alguma forma, indicar a existência de uma necrópole de incineração associada aos vestígios romanos do Serradinho. Apareceu igualmente um fragmento de bilha de fabrico manual, que parece indicar uma ocupação entre os séculos VI e VII, já entrada na alta Idade Média.





Figura 5
Centenionalis de
Graciano cunhado
provavelmente em
Siscia (Croácia).

A maior percentagem de materiais é, sem dúvida, de Época Islâmica, com peças que vão do século IX até aos meados do século XII. Nos finais deste século, começam a surgir referências a Muge na documentação escrita que aumentam consideravelmente no segundo quartel do século XIII sinónimo da existência, embora modesta, do povoado, conhecido por “*quintã de Muja*”. Pertenceu inicialmente a Soeiro Gonçalves de Alfange e Elvira Peres que a adquirem em 1222⁹ e vão engrossando com sucessivas compras, até meados do século XIII.

Esta “quintã” veio ocupar o espaço físico da *alcaria* islâmica, propriedade do mosteiro de Alcoçaba no último quartel do século XIII e régia a partir de 1301. Depois desta data, pelo facto de ser terra privativa do rei, a vila medieval será obrigada a crescer para poente, de modo não colidir com os interesses fundiários do monarca, tendo como limite nascente a igreja de St^a. Maria, fundada nas proximidades.

Sabe-se que no início do século XIV ainda aqui resiste uma pequena comunidade de mouros adstrita ao serviço da propriedade¹⁰ e, em meados do mesmo século, por cartas de privilégio de D. Afonso IV e D. Pedro I sabemos que os estribeiros da coudelaria real de Muge são mouros, residentes na “*quintã*”, com pleno usufruto do móvel e do imóvel existente.

Desta fase baixo-medieval não foi possível recolher dados arqueológicos de relevância com excepção de alguns materiais cerâmicos e um ceutil de D. Afonso V.

4. Materiais islâmicos

O conjunto de materiais islâmicos do Serradinho é constituído na sua maioria por cerâmica comum, da qual se exceptuam dois fragmentos de cerâmica vidrada: um de verde e manganês e outro de corda-seca total, de cronologias díspares. Junta-se ainda uma pequena moeda de ouro de difícil leitura que poderá ser uma fracção de *dinār* almorávida.

Ao nível das formas, não há grande diversidade, predominando os objectos de uso doméstico – panelas, jarrinhas, cântaros e caçoilas – como é habitual nos contextos islâmicos do *Gharb*. As outras formas, embora percentualmente insignificantes, estão bastante bem documentadas no universo arqueológico *andalusí*, nomeadamente os candis ou a taça decorada com corda seca total.

Em termos tecnológicos, verifica-se o uso maioritário das pastas alaranjadas locais, trabalhadas a torno, com cozeduras exclusivamente oxidantes. Surgiram alguns fragmentos

⁹ A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcoçaba, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, M.º 4, Doc. 5

¹⁰ A.N.T.T., *Inquirições de D. Dinis*, L.º 10, ff. 21.

manuais que poderão ser associados directa ou indirectamente a estruturas de combustão, nomeadamente um fragmento de presumível *tabaq*. As pastas claras, certamente exógenas, foram usadas em peças “de mesa” de fabrico mais cuidado e, na generalidade, apresentam-se revestidas de vidro ou receberam pintura vermelha.

4.1. Caracterização formal

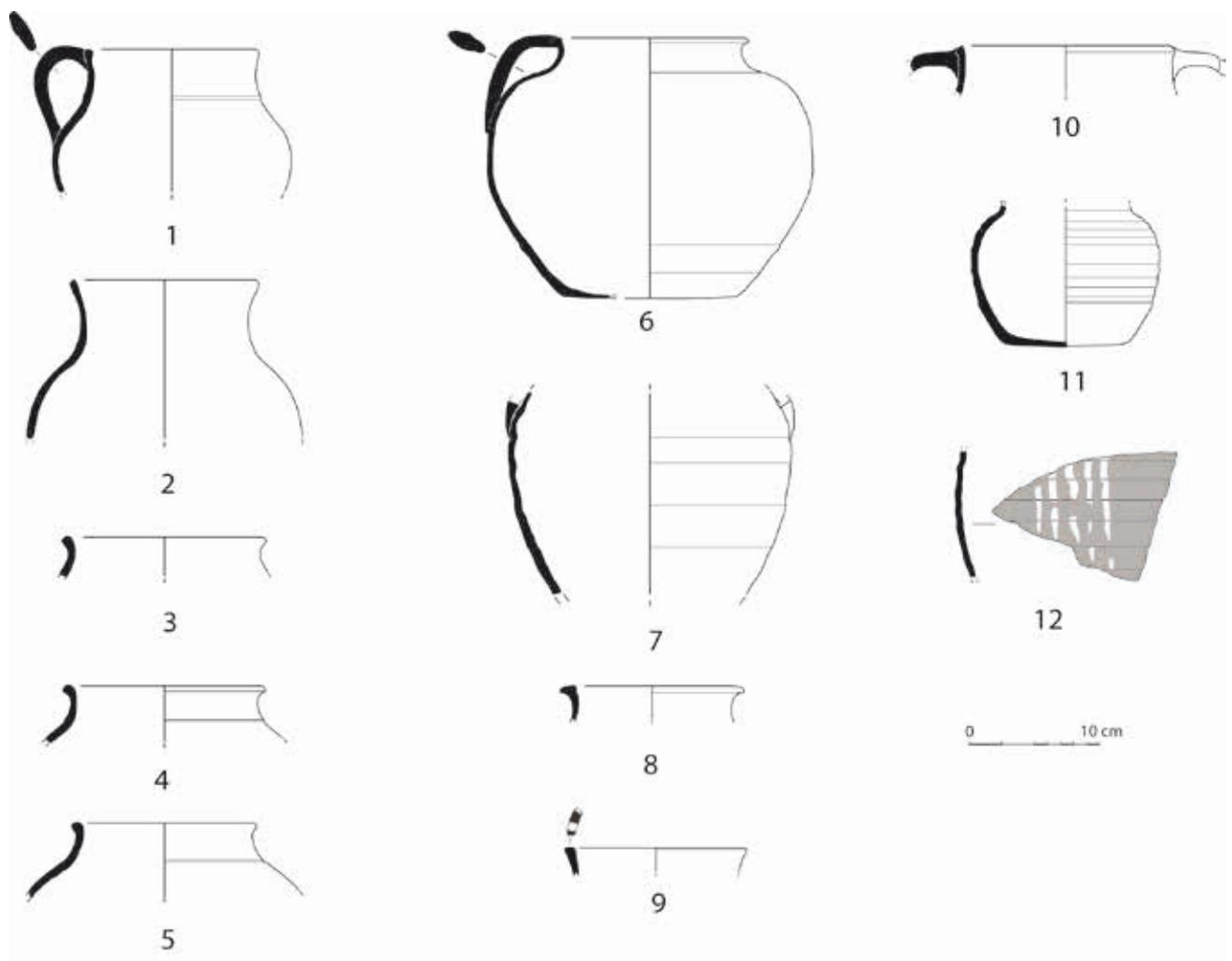
4.1.1. Panela (*qidr*)

Este utensílio é omnipresente em qualquer contexto islâmico e é de longe o que apresenta maior quantidade de fragmentos identificáveis neste sítio, embora seja completamente estéril fazer um tratamento estatístico em virtude da qualidade da amostra. Assumiremos que a realidade seja essa em termos quantitativos, extrapolando o que já se verificou arqueologicamente em vários contextos do *Gharb*.

A panela, regra geral, apresenta uma forma globular, perfil em *S* e fundo ligeiramente convexo, mais fácil de adaptar ao fogo de chão e ostenta invariavelmente marcas de utilização com superfícies queimadas.

Os exemplares recolhidos no Serradinho apresentam pouca variabilidade formal e esta verifica-se sobretudo na evolução temporal dos modelos. Assim, registam-se alguns recipientes ovóides de colo alto e estreito com a asa a ultrapassar a altura máxima do bordo (peças

Figura 6
Panelas. Principais
formas identificadas.



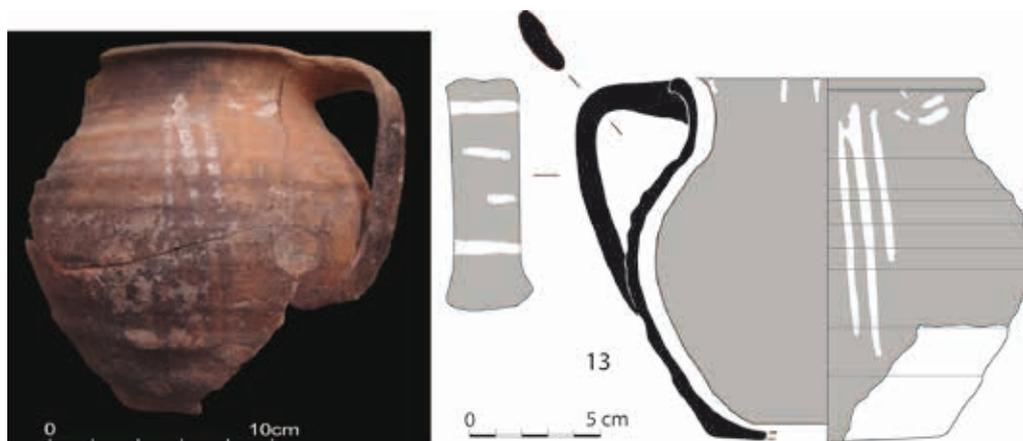


Figura 7
Panela com caneluras e pintura a branco, finais do séc. XI, princípios do séc. XII.

1, 2), de fabrico claramente emiral/califal a rondar o século IX, inícios do século X (Alba e Feijoo, 2001, p. 342, 368). Os restantes são bastante uniformes, havendo diferença somente no diâmetro do bojo e/ou no tratamento das superfícies, o que poderá indiciar uma cronologia próxima entre os vários exemplares, eventualmente, entre meados do século X e o século XI com similares no conjunto exumado no mosteiro de S. Francisco de Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 54-55).

A decoração resume-se a pintura a branco, em bandas de 3 ou 5 traços verticais paralelos. Em dois dos fragmentos surgem séries de traços curvos, também pintados a branco, que intercalam com as bandas verticais. Ambos têm igualmente o bojo canelado o que permite datá-los, com algumas reservas, de finais do século XI, princípios do XII (peças 12, 13). Um fragmento de panela com colo recto e bordo biselado será também dos inícios do século XII (peça 10).

As pastas são exclusivamente alaranjadas, medianamente grosseiras e de exploração local, conforme já foi referido.

4.1.2. Jarrinha

É um recipiente que se caracteriza por ter um formato pequeno, o colo demarca-se bem do corpo e na maior parte dos casos apresenta duas asas que partem pouco abaixo do bordo. Um dos elementos mais distintivos é o perfil do bordo, biselado com um ligeiro espessamento no interior. Está normalmente associado à contenção de líquidos.

Os fragmentos de peças com esta morfologia, provenientes do Serradinho, apresentam dimensões muito reduzidas embora com as características identitárias bem marcadas. Excepcionalmente uma asa de pasta rosada, pintada a vermelho com séries de 3 traços (peça 15) e um fragmento de parede em pasta bege com reticulado a vermelho, os restantes fragmentos são de pastas entre o alaranjado e o castanho-claro. A decoração, quando existe, restringe-se a traços pintados a branco (peças 16, 17, 19) e a cronologia para a generalidade dos recipientes parece ser consistente com o período compreendido entre o século X e os finais do século XI.

Aparte a grande maioria de peças dos séculos X-XI, foram identificados dois fragmentos de jarrinha que poderão ser do período emiral ou inícios do Califado: um corresponde ao fundo completo do recipiente, de reduzidas dimensões, com o corpo lenticular, os arranques das duas asas marcados junto ao fundo e fabricado na mesma pasta alaranjada atrás referida (peça 14); o outro é um fragmento de bojo, fabricado numa pasta bege não local e pintado com reticulado vermelho.

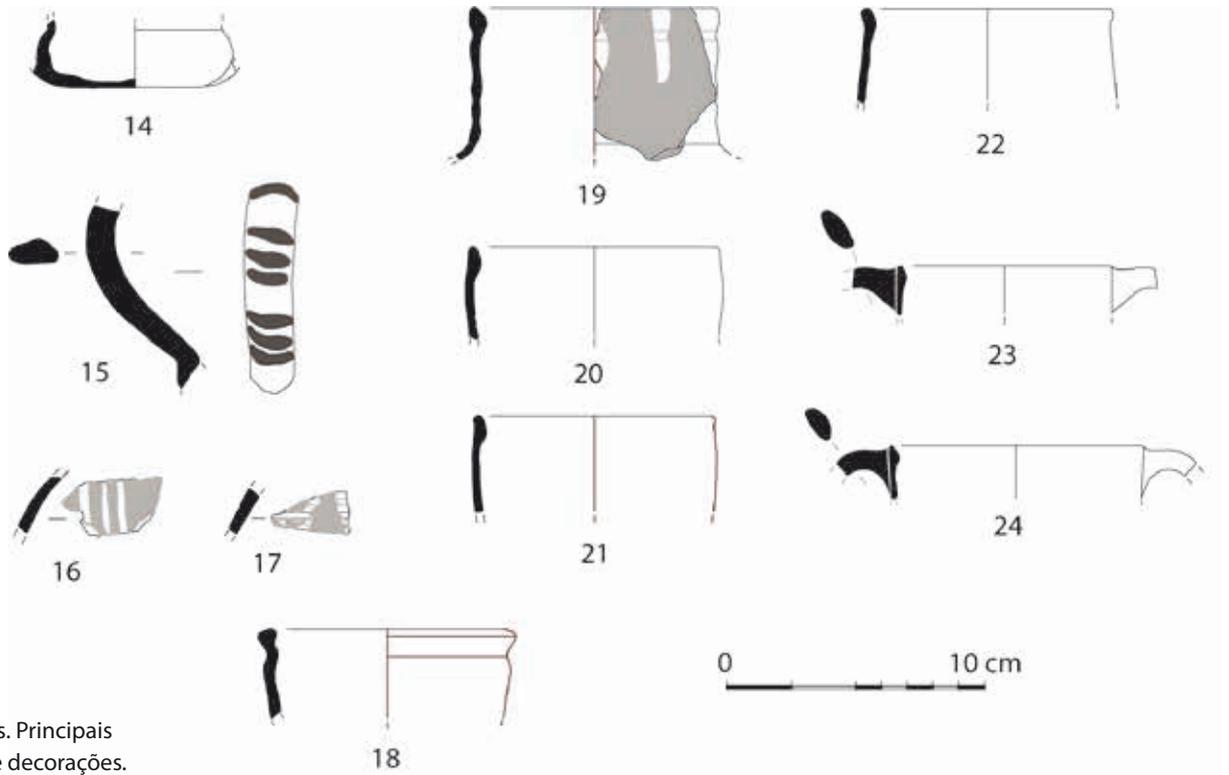


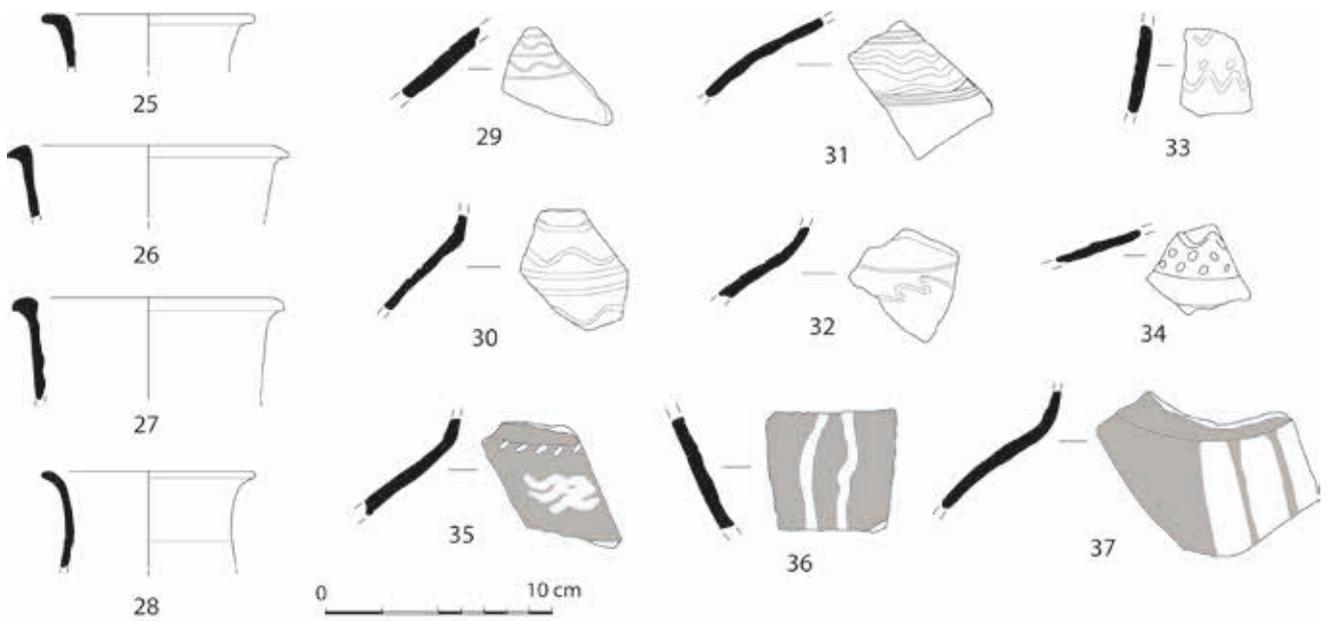
Figura 8
Jarrinhas. Principais
formas e decorações.

4.1.3. Cântaro (*qulla*)

Esta peça, cuja designação mais correcta seria *jarra*, apresenta um colo bastante mais estreito e proporcionalmente mais pequeno que o corpo, normalmente ovóide e de base plana. Tem na maioria dos casos duas asas, embora possa ter só uma.

Figura 9
Cântaros. Principais
formas e decorações.

O seu uso está relacionado, tal como nos tipos anteriores, com o transporte e armazenamento de líquidos. A pasta é de origem local, alaranjada e boa parte dos fragmentos recuperados apresenta decoração no corpo, junto ao colo, sobretudo incisa (peças 29-35) (linhas



ondulantes e marcas de punção), e mais raramente pintada a branco (peças 35-37). Um dos fragmentos combina ambas as técnicas decorativas (peça 35).

A julgar pelo tipo de bordos, com predomínio dos perfis ligeiramente extrovertidos, espessados e com lábio boleado, por vezes aplanado. Uma vez mais, poderemos apontar para os séculos X-XI, considerando as peças do mosteiro de S. Francisco (Lopes e Ramalho, 2001, p. 66), pese embora, os referentes da Alcáçova de Santarém indicarem uma data mais tardia (séculos XI-XII) para a mesma morfologia de recipientes (Viegas e Arruda, 1999, p. 162).

4.1.4. Caçoila (*qaš'a*)

Parece bastante claro que este recipiente era utilizado para fins culinários, mais concretamente para cozinhar alimentos com poucos líquidos e/ou matérias gordurosas, com função análoga às frigideiras e tachos actuais.

Os materiais recolhidos relativos a esta forma não são muito abundantes e, aparte o perfil baixo característico destas peças, podem isolar-se dois tipos distintos que corresponderão, eventualmente, a cronologias também distintas. Um deles é respeitante a recipientes de formato semi-esférico com bordo boleado, por vezes reentrante (peças 38-40), com um ligeiro espessamento interno, datáveis com algumas reservas dos séculos X-XI. A outra variante apresenta perfil carenado, bordo aplanado e algo espessado (peças 41, 42), datável com alguma segurança, de finais do séc. XI, princípios do XII (Viegas e Arruda, 1999, p. 137). Um dos fragmentos apresenta pintura a branco sobre o bordo (peça 41).

Devido à dimensão dos fragmentos a identificação funcional não é inequívoca e, de algum modo, estas peças também poderão corresponder a outras formas de perfil aberto, nomeadamente tigelas (o que não muda o essencial da sua função).

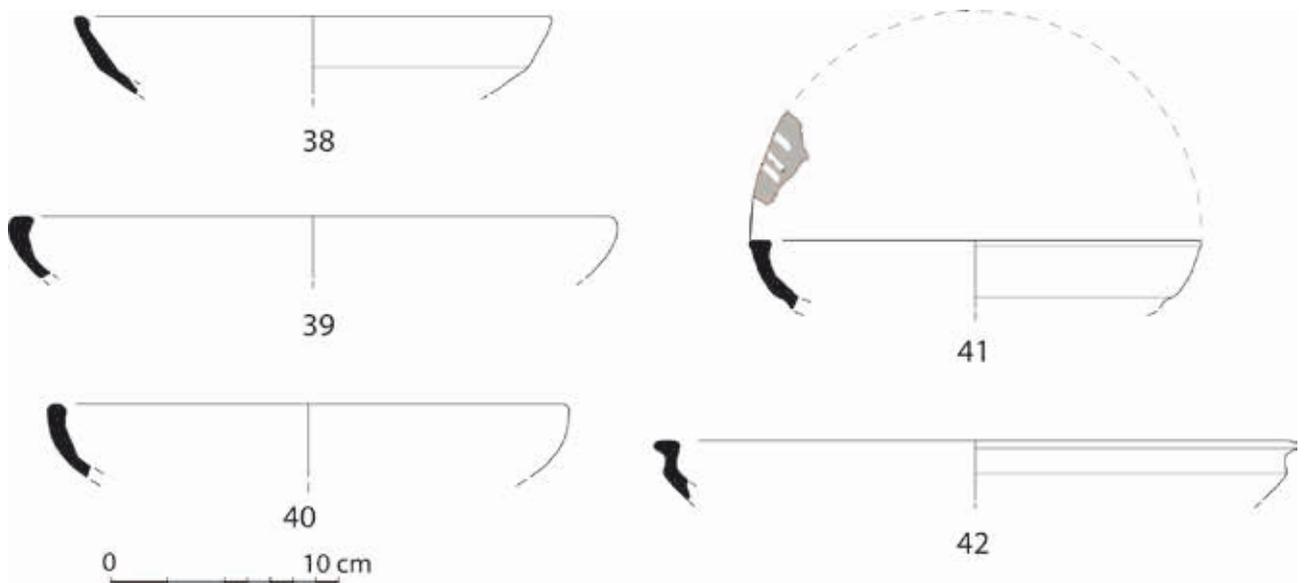


Figura 10
Caçoilas e/ou tigelas.
Principais formas
identificadas.

4.1.5. “Bule”

Embora com algumas reservas de classificação devido ao pequeno tamanho da peça, reconhecemos o que parece ser um “bule” de bordo extrovertido com ressalto. Quando completos, estes recipientes estão munidos de um vertedor tubular e asa, aptos para a contenção de líquidos. Os fabricos são geralmente grosseiros e, embora não seja regra, sem decoração o que parece indicado para um uso de rápida degradação como a exposição ao fogo, ou seja, seriam peças des-

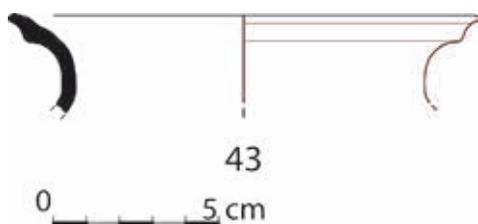


Figura 11
"Bule". Fragmento do bordo.

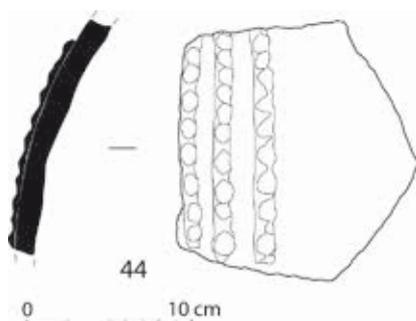


Figura 12
Talha. Fragmento de bojo com cordões plásticos verticais digitados.

tinadas a aquecer e servir líquidos. Têm uma longa utilização no *al-Ándalus*, embora a forma "clássica" só se venha a fixar no período almóada com os perfis troncocónicos invertidos e o pé de bolacha. A peça do Serradinho será do século XII, com a definição do bordo já próxima dos protótipos almóadas e formalmente diferente do "bule" do século XI de S. Francisco de Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 58).

4.1.6. Talha (*khabiya*)

A talha é a vasilha de armazenamento por excelência e também a de maiores dimensões. Com esta morfologia foi recolhido um fragmento de bojo decorado com cordões plásticos verticais com digitações. Foi fabricada manualmente numa argila grosseira vermelha-acastanhada que poderá ser de extracção local.

Trata-se de uma peça cujos elementos identificadores são pouco característicos mas, mais uma vez, encontra paralelos no espólio recuperado nas escavações do mosteiro de S. Francisco de Santarém, datado dos séculos X-XI (Lopes e Ramalho, 2001, p. 71). Atendendo à natureza pouco típica da peça, poderá ir para além da cronologia proposta e entrar pelo primeiro quartel do século XII.

4.1.7. Peças de iluminação e contenção de fogo

Nesta categoria, agrupam-se dois tipos de objectos com utilizações diferentes cujo denominador comum está associado à contenção/manipulação do fogo em ambiente doméstico.

No primeiro caso temos os recipientes destinados à iluminação – *candis* – que são em certa medida as peças mais características de contextos arqueológicos de Época Islâmica. Na sua forma clássica caracteriza-se por ter um reservatório circular, com colo alto, onde é colocado o combustível, o bico, normalmente de grandes dimensões, onde é posto o pavio e a asa. Originalmente, terá evoluído das lucernas romanas, isto tendo em conta que os exemplares mais antigos são muito semelhantes aos seus congéneres tardo-romanos. Aparecem em todo o Mundo Islâmico medieval desde a Península Ibérica ao Próximo Oriente.

Do Serradinho foram recolhidos dois fragmentos em estados de conservação distintos, correspondendo também a peças de fabrico diferente. Um dos fragmentos é o que resta da parte distal do candil, ou seja, o bico, fabricado numa pasta bege com marcas de fogo na ponta (peça 46). Embora esteja muito destruído, aparenta pertencer a uma peça de dimensões modestas e bico mais curto, provavelmente do período califal (inícios a meados do século X).

O segundo fragmento, de maiores dimensões, conserva parte do depósito e o arranque do bico que aparenta ser do tipo facetado, de finais do século XI (peça 45). Foi feito numa pasta grosseira acastanhada e, a julgar pelas marcas de meteorização, sofreu uma cozedura deficiente.

Outro tipo de peça relacionada com a contenção de fogo é o que geralmente se designa de *tabaq*, um disco de argila de fabrico manual que serviria para cozer o pão sobre o lume. O exemplar recolhido reúne estas características e apresenta numerosas impressões vegetais que sugerem o uso de argila local pouco depurada, ou seja, seria um elemento de rápido fabrico e uso imediato.

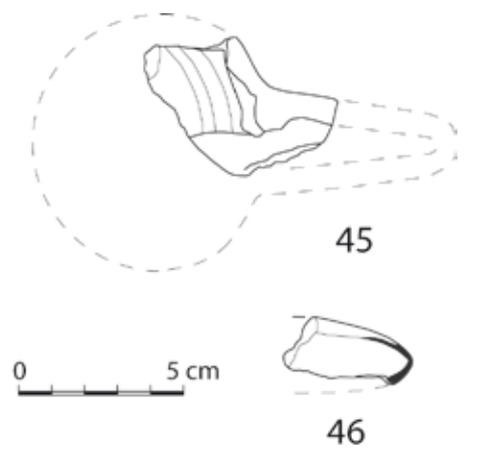


Figura 13
Fragmentos de candis.

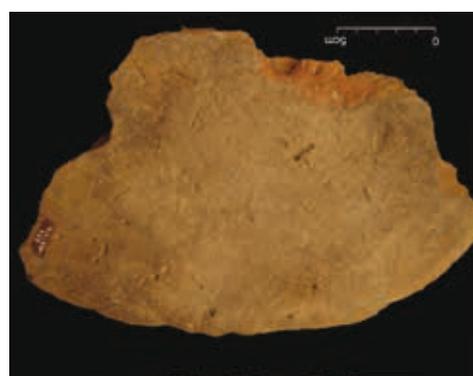
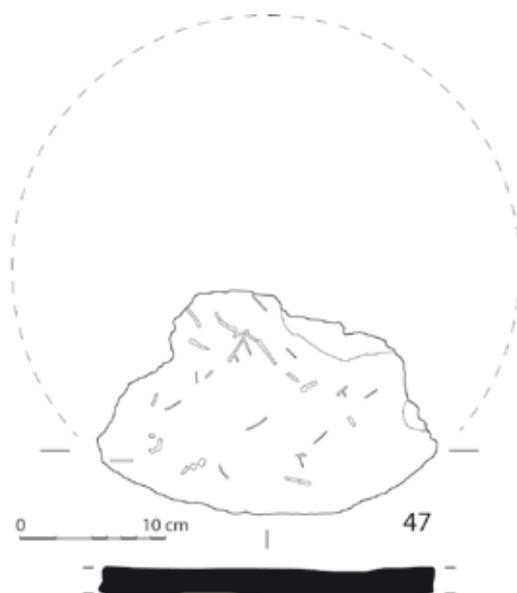


Figura 14
Fragmento de tabaq (?).



Esta interpretação funcional poderá, no entanto, não ser pacífica considerando as peças que têm surgido nos últimos anos não só em sítios islâmicos como em ambientes pós-Reconquista até ao século XIII. Em nenhum dos contextos foi possível determinar claramente a sua função, embora se admita que possam igualmente servir como bases de lareira, com uma diacronia bastante ampla.

No mosteiro de S. Francisco apareceu uma peça completa, também discóide, datada dos séculos X-XI (Lopes e Ramalho, 2001, p.70). Ainda em Santarém, há outro fragmento identificado na Alcáçova de aspecto semelhante à peça de Muge, datada dos séculos XI-XII (Silva, 2011, Vol. 2, foto 15). Em Mérida, Miguel Alba identifica dois objectos semelhantes de cronologia seguramente emiral, resultantes da escavação da *Morería* embora os classifique como contentores associados à conservação de víveres (Alba e Feijoo, 2001, p. 353).

4.1.8. Peças de “mesa”

Apesar de esta designação se revelar bastante redutora na conformação de uma tipologia concreta é a possível considerando os tipos de produção e decoração, genericamente mais cuidadas. Trata-se de um conjunto muito reduzido em termos quantitativos mas importante enquanto aferidor de cronologias e da distribuição de bens a nível regional.

Os materiais enquadráveis neste grupo restringem-se a três fragmentos, dois de peças de perfil aberto (tigelas) e uma de perfil fechado cuja forma não foi possível determinar.

A peça mais antiga pertence a uma pequena tigela ou prato com bordo em aba e decorado com reticulado vermelho. A atribuição cronológica destas peças não é consensual. Em

Figura 15

Bordo de pequena tigela ou prato com reticulado pintado a vermelho.

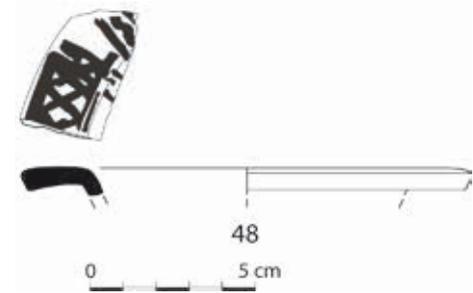


Figura 16

Fragmento de peça de perfil fechado com decoração a “verde e mangnês”.

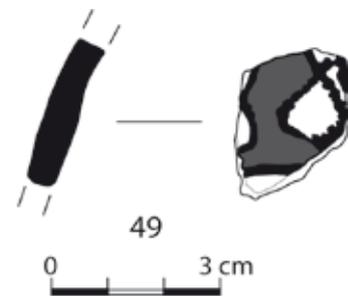
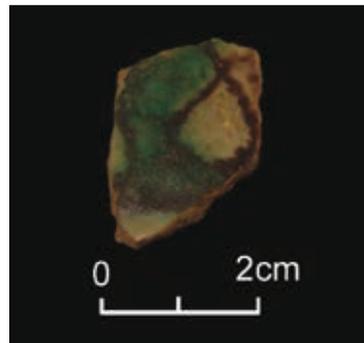
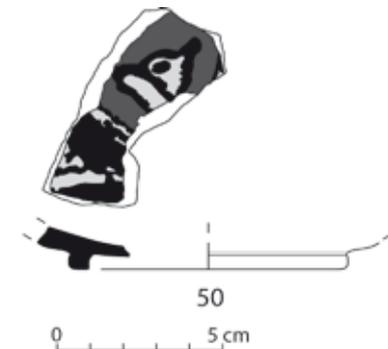


Figura 17

Fundo de tigela com pé anelar e decoração em *corda seca* total.



Silves foram datadas entre os séculos VIII e o IX, tendo Rosa Varela Gomes identificado a sua produção como norte-africana (Gomes, 1997, p. 258.).

Nas publicações dos materiais arqueológicos islâmicos de Vilamoura e Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, p. 104), foram datadas dos séculos IX-X. Em Mértola foram identificadas duas peças com perfil e decoração semelhantes, embora com diâmetros e pastas díspares. Uma delas, de pasta clara, apresenta decoração reticulada vermelha sobre o bordo, é referida como sendo uma produção dos séculos XI-XII, a outra de pasta vermelha e pintada a branco será mais antiga, dos séculos X-XI (Gómez Martínez, 2014, p. 360).

Seguindo uma ordem cronológica temos um pequeno fragmento com decoração a verde e manganês claramente do período califal. Pertenceu a uma peça fechada, talvez um pequeno pote ou redoma. A pasta é bege com poucos elementos não plásticos e relativamente branda com o exterior vidrado a branco pintado em tom vinoso e verde, revelando o que parece ser um motivo epigráfico que não oferece leitura devido às suas reduzidas dimensões. O interior foi vidrado de melado esverdeado. Deverá rondar a segunda metade do século X, aproximando-se das tipologias califais provenientes de oficinas do sul do *al-Ándalus*, nomeadamente de *Madinatu-z-Zahra* (Cano Piedra; 1996).

A peça mais recente deste grupo é um fragmento do fundo de uma tigela de pé anelar baixo decorada em corda seca total. A pasta é rosada, com o núcleo bege, apresentando elementos não plásticos de grão muito fino, quase imperceptíveis a olho nu. Está decorado com elementos fitomórficos (flor-de-lótus), preenchidos a amarelo, sobre fundo verde-claro com os contornos delineados a manganês. Durante a cozedura o vidrado ultrapassou a linha de manganês e vitrificou dando-lhe o aspecto da cerâmica de “verde e manganês” quando, na realidade, se trata da técnica da corda seca mal aplicada. O tarsoz está vidrado em melado esverdeado. Deverá corresponder a um fabrico do primeiro quartel do século XII, provavelmente de Santarém, cujas produções já foram atestadas por trabalhos arqueológicos.

4.2. Moeda



Figura 18
Fracção de *dinār*
almorávida séc. XII (?).
Colecção privada.

O Serradinho forneceu somente um pequeno numisma em ouro de módulo irregular, ligeiramente oval com cerca de 12 mm de diâmetro. Originalmente, a legenda possuía quatro linhas em ambas as faces mas devido ao forte desgaste que apresenta apenas se pode ler, com algumas reservas, apenas a primeira linha do averso. A leitura possível será لا اله الا الله – *LĀ Ilaha I (IĀ-I-LhĀh)*. Não apresenta legenda na orla e o campo epigráfico está delimitado por uma linha perolada.

Trata-se de uma fracção de *dinār* cujo emissor, data ou origem não são possíveis de determinar. No entanto, sabemos que estas moedas não são anteriores a meados/ finais do século XI e, pelo facto de ter sido empregue caligrafia cúfica, não poderá ser posterior ao período almorávida (meados do séc. XII). Várias taifas cunharam fracções de *dinār* similares, entre as quais a de Badajoz,

na altura senhora de Santarém e do seu território. O mesmo, fizeram as oficinas monetárias almorávidas pelo que, não sendo possível retirar outra informação, esta moeda terá sido cunhada entre os meados do século XI e os meados do século XII.

Considerações finais

Fica bastante claro o risco de se fazer a caracterização de um sítio a partir de materiais descontextualizados, mesmo assim, considerando o desconhecimento quase absoluto do Vale do Tejo em Época Islâmica tem a vantagem de sinalizar um local que não obstante estes condicionalismos será o único da margem esquerda que apresenta uma diacronia completa para este período.

O universo material, segue obviamente as produções de Santarém, não só porque esta cidade era capital da *kūra* onde esta parte do vale do Tejo se inseria, mas igualmente pela proximidade física entre os dois lugares comunicáveis entre si, desde sempre, por via fluvial privilegiada: o Tejo.

O tipo de produções que se encontram em Muge é invariavelmente o mesmo que se encontra em Santarém, não obstante as lacunas causadas quer pela qualidade da amostra, quer pela diferença de escala dos dois sítios. Não é de crer que a maioria da cerâmica comum seja importada sequer ao nível regional atendendo à qualidade e quantidade dos barreiros, abundância do coberto vegetal para combustível ou das restantes matérias-primas usadas na produção oleira. Contudo a influência das produções escalabitanas é notória e grande parte da sua gramática formal reproduzida.

Afigurou-se, portanto, essencial compreender os materiais publicados para esta cidade, tarefa que não é fácil em virtude da disparidade de cronologias propostas para os dois conjuntos mais significativos publicados até agora: Alcáçova e mosteiro de S. Francisco. Disparidade esta que advém de datações obtidas, mais por paralelos de sítios escavados, alguns bastante distantes, do que pela estratigrafia. Por outro lado, algumas peças parecem ter sido agregadas na mesma cronologia, quando poderão ser de momentos diferentes ainda mais porque vêm de contextos de lixeira.

Confirma-se assim a proximidade das produções escalabitanas, independentemente dos problemas cronológicos e um certo afastamento de outros fabricos contemporâneos do *al-Āndalus* (e do *Gharb*), sobretudo os mais meridionais para o período pós-califal. Isto faz algum sentido se tivermos em conta a fragmentação e o isolamento políticos ocorridos a partir de 1031 que resultaram directamente na contracção das comunicações, não das capitais dos pequenos reinos e as suas áreas rurais, mas num défice da distribuição de bens manufacturados cuja produção ficava fora da respectiva taifa. O comércio não desaparece, obviamente, mas perde alguma importância fora do mundo urbano. Será bom lembrar a este propósito as constantes rivalidades entre Sevilha e Badajoz que contaram com vários episódios militares repercutidos no eixo Santarém/Lisboa.

Os bens exógenos, são muito residuais em Muge quer seja pela reduzida escala do povoado na hierarquia do território, seja pelas condições da amostra. No entanto seguem o essencial das produções *andalusís*, com algumas formas comuns ao resto do *al-Āndalus*, nomeadamente do *Sharq*, o que confirma as ligações costeiras do baixo Vale do Tejo com o resto da Península.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

A.H.M.S.M., *Tombo da Câmara de Muge*, fl.31-v, 172.

A.N.T.T., *Inquirições de D. Dinis*, Lº10, fl.21.

A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, Mº 4, Doc. 5.

A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, Mº 6, Doc. 12.

CARTOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal, 31-C, 1967

BIBLIOGRAFIA

(1983) – *Una descripción anónima de al-Andalus (Dhikr Bilad al-Andalus)*. Ed. e trad com introd. e notas por Luís Molina. Vol. II, Madrid: CSIC.

(2001) – *Crónica de los emires Alhakam I y 'Abdarrahman II entre los años 796 y 847 (al-Muqtabis II)*. Trad. notas e índices de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente, Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo.

ALBA, M.; FEIJOO, S. (2001) – Cerâmica emiral de Mérida. In *Gharb: Sítios islâmicos do Ocidente peninsular*. Lisboa: IPAAR, p. 329-375.

CANO PIEDRA, C. (1996) – *La cerámica verde-manganeso de Madinat al Zahra*. S.l.: Sierra Nevada 95.

CARVALHO, A. R.; FARIA, C. (1993) – Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal. *Arqueologia Medieval*. Porto. Vol. 3, p. 101-111.

GOMES, R. V. (1997) – Silves e a ocupação muçulmana do Algarve. *Setúbal Arqueológica*. S.l. Vols. 12-13, p. 250-267.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1993) – La cerámica “verde y morado” de Mértola (Portugal). *Arqueologia Medieval*. Vol. 3, p. 113-132.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2014) – *Cerámica islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

al-IDRĪSĪ (1974) – *Geografía de España*. Ed. Fac., Valencia: Almela y Vives.

- LEAL, A. S. d'A. B. P., (1878) – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, vilas, freguezias e grande numero de aldeias...* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. 5, p. 584-585.
- LOPES, C. ; RAMALHO, M. (2001) – Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém: *In Gharb: Sítios islâmicos do Ocidente peninsular*. Lisboa: IPAAR, p. 31-83.
- MARINHO, J. R. (1993-1994) – Os Dirhames do Emirado do Ândalus no Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 11/12, p. 405-425.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*, N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MATOS, J. L. de (1991) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. *In A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, p. 429-456.
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*. Paris: Maisonneuve & Larose.
- REI, A. (2007) – Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093): novas lecturas. *In Actas do II colóquio nova Lisboa medieval*. Lisboa: IEM/ FCSH-UNL/ Livros Horizonte.
- ROSSELLÓ BORDOY., G.. (1991) – *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Govern Balear.
- SILVA, M. (2011) – *A cerâmica islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras. 2 vols.
- VIEGAS, C. ; ARRUDA, A. (1999) – Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 2, p. 105-186.



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt



MUSEU
MUNICIPAL

www.museumunicipalvfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira